



TERMO DE REFERÊNCIA
LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objetivo especificar e definir algumas condições para a *Aquisição de materiais e equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Pontão/RS, com recursos provenientes da Portaria SES nº 1.228/2025, que autoriza o repasse extraordinário de recursos financeiros da Secretaria Estadual da Saúde aos municípios para investimento nas Unidades Básicas de Saúde integrantes da Rede Bem Cuidar RS – Linha de Cuidado Materno, Paterno, Infantil e Planejamento Sexual e Reprodutivo.*

2 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na

Modalidade: PREGÃO, sob a

Forma: ELETRÔNICA, com adoção do

Critério de julgamento: pelo MENOR PREÇO DO ITEM

3 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

a) O quantitativo corresponde à demanda conforme justificativa apresentada no ETP pela Secretaria Demandante.

b) O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

c) Conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a presente licitação, é de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME - EPP).

d) O objeto desta licitação tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Segue abaixo, planilha contendo maior detalhamento dos itens a serem adquiridos.

Item	Descrição	Ref.	Qtde.	Valor unit.	Valor total
01	<i>Balança Antropométrica infantil:</i> - Capacidade: até 30kg, com divisões de 10g; - Display: LED duplo com dígitos de 20mm de altura para leitura simultânea; - Concha anatômica: dimensões de 540x280mm, fabricada em material com propriedades anti-germes; - Painel: resistente a respingos com teclas para funções de zero e tara; - Função tara: disponível até 100% da	Un	01	R\$ 737,20	R\$ 737,20

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000

	capacidade total; - Alimentação: fonte externa bivolt (110 a 240) com chaveamento automático. - Dimensões: A: 14cm, L: 37cm, C: 37cm.				
02	<i>Detector Fetal:</i> - Transdutor de alta sensibilidade; - Alto-falante de alta performance; - Design ergonômico e compartimento para transdutor; - Entrada para fone de ouvido ou gravador de som ou computador; - Botão liga/desliga, controle de volume e desligamento automático; - Tela de LCD para visualização numérica do batimento cardíaco fetal; - Porta USB para transmissão de dados; - Alimentação bivolt automático e através de baterias recarregáveis com carregador integrado.	Un	01	R\$ 418,33	R\$ 418,33
03	<i>Esfigmomanômetro Infantil:</i> - Aparelho de pressão esfigmo c/esteto fecho velcro premium; - Circunferência mínima da braçadeira: 10cm; - Circunferência máxima da braçadeira: 23cm.	Un	04	R\$ 63,90	R\$ 255,60
04	<i>Esfigmomanômetro Obeso:</i> - Circunferência mínima da braçadeira: 27cm. - Circunferência máxima da braçadeira: 45cm. - Área de aplicação: braços.	Un	04	R\$ 97,01	R\$ 388,04
05	<i>Mesa Ginecológica Elétrica:</i> - Com apoio de pernas para estética íntima; - Quantidade de motores: 3 motores elétricos; - Movimentos: Ajuste elétrico de altura, encosto e apoio para as pernas; - Acionamento com controle remoto manual e pedal; - Apoio de pernas com regulagem de altura e inclinação;	Un	01	R\$ 14.413,33	R\$ 14.413,33

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000

	- Braços removíveis; - Estrutura em aço carbono; - Estofamento: espuma de alta densidade; - Abertura facial: Sim; - Rodízios: Com trava ou base fixa (conforme configuração); - Alimentação elétrica: Bivolt				
06	<i>Pinça Cirúrgica:</i> - Modelo Halstead Mosquito	Un	02	R\$ 18,50	R\$ 37,00
07	<i>Pinça cirúrgica:</i> - Modelo Kelly	Un	02	R\$ 16,66	R\$ 33,32
08	<i>Ar condicionado:</i> - 9.000Btus; - Quente/Frio;	Un	02	R\$ 1.772,33	R\$ 3.544,66
09	<i>Cadeira de rodas Obeso:</i> - Capacidade de até 250 kg; - Estrutura robusta em aço; - Apoio de pés ajustável e removível; - Design dobrável para fácil transporte e armazenamento.	Un	01	R\$ 1.097,87	R\$ 1.097,87
10	<i>Computador Core i3:</i> - 10 geração; - 8g de ram; - dd4 HD ssd 240g	Un	03	R\$ 3.200,00	R\$ 9.600,00
11	Escada com 2 degraus	Un	05	R\$ 140,14	R\$ 700,70
12	Esfigmomanômetro manual, adulto com selo do inmetro.	Un	10	R\$ 67,22	R\$ 672,20
13	<i>Martelo Reflexológico:</i> - Cabeça com dois lados de borracha sintética; - Escova rosqueada no cabo; - Agulha inserida na cabeça; - Comprimento 19 cm; - Diagnóstico de alterações neurológicas; - Detecção de lesões em nervos periféricos e medula espinhal; - Precisão na resposta reflexa; - Material leve e resistente; - Cabo ergonômico e de fácil manuseio; - Ponta de borracha adequada para diferentes áreas corporais; - Versão com agulha e escova para testes de sensibilidade;	Un	03	R\$ 39,21	R\$ 117,63
14	<i>Oftalmoscópio direto:</i>	Un	02	R\$ 783,69	R\$ 1.567,38

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000

	- Iluminação Xenon Halógena de alta intensidade; - Ajustes de dioptria -20D a +20D com marcador iluminado; - Material em aço inoxidável e polímeros termoplásticos; - Alimentação Pilhas AA ou bateria recarregável; - Acessórios: Estojo para proteção e transporte				
15	<i>Otoscópio simples Iluminação:</i> - Luz Amarelada (LED Branco Quente); - Tensão Elétrica: 2,5V; - Corrente Elétrica: 20MA; - Fluxo Luminoso: 15.000MCD; - Temperatura de Cor: 3.000K; - Branco Quente Opcional: 5.000K - Branco Frio; - Vida útil: 20.000 h (horas-mínima)	Un	05	R\$ 306,66	R\$ 1.533,30
16	<i>Oxímetro de pulso portátil:</i> - Oxímetro de pulso portátil com precisão de SpO2 de +/- 2%. - Monitoramento contínuo com bateria de 2000 mAh por 24 horas. - Tela TFT colorida de 3,5 polegadas com modo retrato/paisagem. - Alarmes sonoros e luminosos ajustáveis para segurança. - Armazena até 500 horas de dados de SpO2. - Conectividade Bluetooth para monitoramento via app ViHealth.	Un	03	R\$ 51,33	R\$ 153,99
17	<i>Foco refletor ambulatorial:</i> - Suporte p Pedestal e Rodas; - Estrutura em aço carbono com pintura epóxi branca; - Cúpula em alumínio; - Rodízios de plástico; - Modelo: pedestal; - Ajuste de altura da coluna do suporte; - Haste flexível para direcionamento da luz; - Regulagem de altura: Máxima 135cm	Un	02	R\$ 399,33	R\$ 798,66

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000

	Mínima: 85cm; - Alimentação: bivolt automático; - Tensão da Lâmpada: BIVOLT AUTOMÁTICO 110/220 V; - Interruptor (Liga-Desliga);				
18	<i>Bloco de encaixe:</i> - Blocos de montar ou blocos lógicos (jogo/brinquedo pedagógico)	Un	02	R\$ 84,00	R\$ 168,00
Valor total: R\$ 36.237,21 (trinta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos)					

e) Vislumbra-se que o valor estimado é compatível com os preços praticados pelo mercado correspondente, conforme levantamento realizado, atendendo aos princípios da economicidade e vantajosidade.

f) O prazo de vigência do contrato será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Municipal.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1 FUNDAMENTAÇÃO:

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo aos autos do processo licitatório.

4.2 JUSTIFICATIVA:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de estruturar a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Pontão/RS, por meio da aquisição de equipamentos essenciais ao aprimoramento da infraestrutura e à qualificação dos serviços ofertados à população. A aquisição será custeada com recursos provenientes da Portaria SES nº 1.228/2025, que autorizou o repasse extraordinário de recursos financeiros da Secretaria Estadual da Saúde aos municípios para investimento nas Unidades Básicas de Saúde integrantes da Rede Bem Cuidar RS – Linha de Cuidado Materno, Paterno, Infantil e Planejamento Sexual e Reprodutivo. O referido incentivo tem como finalidade fortalecer a atenção primária à saúde, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das ações voltadas ao cuidado materno, paterno e infantil, bem como às atividades de planejamento sexual e reprodutivo. Os equipamentos a serem adquiridos contribuirão para a melhoria das condições de atendimento, promovendo maior eficiência, segurança, conforto e qualidade na assistência prestada aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, possibilitarão o adequado aparelhamento da unidade, garantindo que os profissionais disponham dos recursos necessários para a execução das atividades assistenciais em conformidade com as diretrizes da Rede Bem Cuidar RS. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e de relevante interesse público, por atender à finalidade estabelecida na Portaria SES nº 1.228/2025, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos recebidos pelo Município e contribuindo para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, com reflexos diretos na melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

5. PREVISÃO NO PCA:

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista que este instrumento de governança ainda não tenha sido elaborado pelo Município de Pontão/RS, entretanto o Município de Pontão está em vias de elaboração de seu PCA.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução consiste na aquisição de equipamentos destinados à estruturação da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Município de Pontão/RS, mediante a utilização dos recursos provenientes da Portaria SES nº 1.228/2025, que autoriza o repasse extraordinário de recursos financeiros para investimento nas Unidades Básicas de Saúde integrantes da Rede Bem Cuidar RS – Linha de Cuidado Materno, Paterno, Infantil e Planejamento Sexual e Reprodutivo. A contratação contempla o fornecimento dos equipamentos necessários para o fortalecimento da infraestrutura da unidade, de forma a atender às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde, possibilitando melhores condições para a execução das atividades assistenciais e administrativas desenvolvidas no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, atender às especificações técnicas definidas pela Administração e observar as normas técnicas e de segurança aplicáveis, garantindo qualidade, durabilidade, eficiência e adequado desempenho durante sua vida útil. O fornecimento compreenderá a entrega dos equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos respectivos manuais, certificados, garantias e demais documentos exigidos pelo fabricante e pela legislação pertinente. A adoção dessa solução mostra-se a mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que permite a correta aplicação dos recursos disponibilizados pelo Estado, promove a modernização da estrutura física e operacional da Unidade Básica de Saúde e amplia a capacidade de atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Como consequência, espera-se a qualificação dos serviços prestados, proporcionando maior segurança, conforto e eficiência aos profissionais de saúde e à população atendida, em consonância com os objetivos da Rede Bem Cuidar RS e das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde.

7. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO:

Para atendimento da necessidade administrativa, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado quanto à forma de contratação dos equipamentos destinados à estruturação da Unidade Básica de Saúde do Município de Pontão/RS. Considerou-se, inicialmente, a possibilidade de realização de contratação direta por dispensa de licitação, uma vez que o valor estimado da contratação enquadra-se no limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Contudo, embora juridicamente possível, essa alternativa não se mostra a mais adequada ao interesse público, tendo em vista que a aquisição será custeada com recursos oriundos da Portaria SES nº 1.228/2025, provenientes de repasse da Secretaria Estadual da Saúde. Nessa hipótese, a adoção de procedimento licitatório competitivo proporciona maior transparência na aplicação dos recursos públicos, amplia a competitividade entre os fornecedores e fortalece a demonstração da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Também foi avaliada a possibilidade de adesão a ata de registro de preços de outro órgão. Entretanto, essa alternativa depende da existência de ata vigente compatível com as especificações técnicas, quantitativos e condições necessárias ao atendimento da demanda do Município, circunstância que pode limitar a seleção dos equipamentos mais adequados às necessidades da Unidade Básica de Saúde. Diante da análise realizada, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, constitui a alternativa mais vantajosa para a Administração. Os equipamentos a serem adquiridos caracterizam-se como bens comuns, cujos padrões de desempenho e

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo ampla participação de fornecedores e maior competitividade. Além disso, o pregão eletrônico assegura maior publicidade, transparência e eficiência ao procedimento, contribuindo para a correta aplicação dos recursos públicos estaduais e para a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

8.1 SUSTENTABILIDADE:

Não será exigido critérios de sustentabilidade.

8.2 INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não haverá indicação de marcas ou modelos.

8.3 VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO:

A Administração Pública Municipal não possui nenhuma vedação de marca/produto referente a este objeto.

8.4 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

Não será necessário a apresentação de amostra.

8.5 DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

Na presente Licitação não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

8.6 SUBCONTRATAÇÃO:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.7 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

8.8 IMPACTOS AMBIENTAIS:

A presente contratação possui baixo potencial de impacto ambiental, por se tratar da aquisição de equipamentos destinados ao aparelhamento da Unidade Básica de Saúde. Os principais impactos estão relacionados ao consumo de matérias-primas, à utilização de embalagens e à futura geração de resíduos ao final da vida útil dos equipamentos. Como medida mitigadora, a Administração poderá priorizar, quando tecnicamente viável e sem restrição à competitividade, equipamentos que atendam a normas

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



de sustentabilidade, eficiência energética e qualidade, bem como exigir que as embalagens sejam passíveis de reutilização ou reciclagem.

9. FORMA DE EXECUÇÃO:

- a) A execução da contratação dar-se-á mediante o fornecimento dos equipamentos e materiais, conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.
- b) A Contratada deverá fornecer produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos respectivos manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos pelo fabricante e pela legislação aplicável.
- c) A entrega dos equipamentos e materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde de Pontão/RS, em dias úteis e durante o horário de expediente.
- d) O recebimento dos itens será realizado inicialmente em caráter provisório, para conferência das quantidades e das especificações contratadas, e, posteriormente, em caráter definitivo, após verificação da conformidade dos produtos com as exigências do instrumento convocatório.
- e) Constatada qualquer irregularidade, defeito ou desconformidade, a Contratada deverá promover a substituição do item, às suas expensas, no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- f) Todas as despesas com transporte, carga, descarga, seguros, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento dos equipamentos correrão por conta exclusiva da Contratada.

10. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO:

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11. FISCALIZAÇÃO (Decreto Municipal nº 1899/2025):

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Na designação de agente público para atuar como Fiscal ou Gestor de Contratos de que trata a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a autoridade municipal observará o seguinte:

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000

§ 1º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

§ 2º - O apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno restringir-se-á a questões formais em que pairar dúvida fundamentada do Fiscal ou Gestor de contratos.

§ 3º - O Fiscal de Contratos ou Equipe de Acompanhamento de Contratos contará com o apoio dos órgãos técnicos para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sempre que entender necessário.

11.1. Fiscal de Contrato:

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º; Decreto nº 1899/2025).

O Fiscal de Contrato contará com o apoio dos órgãos técnicos, órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133, sempre que entender necessário (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §3º).

11.2. Gestor do Contrato:

Ao Gestor de Contratos incumbe gerenciar as relações firmadas com a contratada, analisando dados, informações e pareceres técnicos dos fiscais quanto a execução do objeto, a avaliação da qualidade dos resultados obtidos, bem como informações atualizadas que viabilizem a tomada de decisão relacionada a manutenção, ou não, das condições contratuais, zelando para que a execução ocorra de forma mais econômica e que atenda às necessidades de planejamento da Autarquia.

12. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

12.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento a CONTRATADA conforme as condições e prazos estabelecidos neste instrumento, após o fornecimento do objeto e o atesto de conformidade emitido pelo setor responsável;
- b) Fornecer todas as informações, orientações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratado;
- c) Receber, acompanhar, conferir e atestar o fornecimento dos materiais, verificando a conformidade com as condições contratuais e especificações estabelecidas;
- d) Comunicar formalmente ao CONTRATADO quaisquer irregularidades, falhas ou não conformidades verificadas no fornecimento dos materiais;
- e) Indicar os locais e prazos para entrega dos materiais, proporcionando as condições necessárias para o recebimento do objeto;
- f) Exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução contratual, assegurando o cumprimento das cláusulas pactuadas e da legislação aplicável.

12.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



- a) Executar o objeto deste termo em estrita conformidade com as condições, especificações, quantitativos e requisitos estabelecidos pela Administração Municipal, compreendendo o fornecimento de equipamentos essenciais ao aprimoramento da infraestrutura e à qualificação dos serviços ofertados à população;
- b) Fornecer os materiais novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, acompanhados da respectiva nota fiscal, manuais, certificados, termos de garantia e demais documentos necessários, quando aplicável;
- c) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos itens contratados, incluindo transporte, carregamento, descarregamento e entrega no local indicado pela Administração Municipal, sem qualquer custo adicional;
- d) Cumprir rigorosamente os prazos e condições de fornecimento estabelecidos, observando os locais, horários e orientações definidos pela Administração Municipal;
- e) Entregar os materiais devidamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e manuseio, evitando danos, avarias ou qualquer prejuízo à qualidade dos produtos;
- f) Substituir, sem qualquer ônus para a Administração Municipal, no prazo determinado pela fiscalização do contrato, quaisquer materiais que apresentem defeitos, avarias, vícios de fabricação ou que estejam em desacordo com as especificações contratadas;
- g) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais, tributários, comerciais, trabalhistas, previdenciários e demais obrigações decorrentes da execução contratual, não gerando qualquer vínculo ou responsabilidade para a Administração Municipal;
- h) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, comunicando imediatamente qualquer alteração que possa comprometer sua capacidade de execução contratual;
- i) Garantir a qualidade, durabilidade, segurança e adequado acabamento dos materiais fornecidos, observando as normas técnicas aplicáveis e as exigências da Administração Municipal;
- j) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais fornecidos quando constatadas irregularidades, falhas ou desconformidades verificadas pela Administração;
- k) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração Municipal, disponibilizando informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- l) Permitir e facilitar o acompanhamento e fiscalização da execução do contrato pelos servidores designados pela Administração Municipal, fornecendo os documentos e informações solicitadas;
- m) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia autorização da Administração Municipal, salvo nos casos permitidos pela legislação aplicável;
- n) Observar as normas de segurança, ambientais e demais legislações aplicáveis ao fornecimento dos materiais, especialmente quanto ao adequado descarte de embalagens e resíduos decorrentes da entrega;
- o) Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros em decorrência de sua atuação, de seus empregados, representantes ou prepostos;
- p) Comunicar imediatamente à Administração Municipal qualquer ocorrência que possa prejudicar o cumprimento dos prazos ou condições estabelecidas no contrato;
- q) Cumprir integralmente as demais obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, na proposta apresentada e nos demais documentos que integram o processo de contratação.

(54) 2560-0131

pontão.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



13. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

- a) O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos objetos, da emissão da Nota Fiscal correspondente e do atesto do recebimento pelo servidor responsável.
- b) O pagamento será realizado por meio de depósito em conta bancária de titularidade da empresa contratada, mediante ordem bancária.
- c) No pagamento do(s) produto(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), e demais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

14.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

14.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

14.4. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de materiais e equipamentos da mesma natureza.

15. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL:

- a) Considerando que o prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, não haverá aplicação de reajuste ou repactuação de preços, em razão da inexistência do requisito da anualidade previsto na

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais que repercutam diretamente nos custos da contratação.

c) O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente apresentado pela contratada, acompanhado da documentação comprobatória da efetiva alteração dos custos, cabendo à Administração a análise e deliberação quanto ao seu deferimento, observada a legislação vigente.

16. DAS SANÇÕES:

Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000



deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da contratação é de **R\$ 36.237,21 (trinta e seis mil, duzentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos).**

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

0802103010047 1225
44905200000000 1601

Pontão/RS, 21 de setembro de 2026.

Aline Ritterbusch Höring
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

(54) 2560-0131

pontao.rs.gov.br

Av. Júlio Mailhos, 1613
Pontão, RS, 99190-000